



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1180/11	DATA: 17/08/2011
INÍCIO: 15h20min	TÉRMINO: 17h11min	DURAÇÃO: 01h50min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h50min	PAGINAS: 37	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RITA DE CÁSSIA COELHO – Coordenadora-Geral de Educação Infantil do Ministério de Educação e Cultura.
MARIA LUÍZA RODRIGUES FLORES – Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil — MIEIB.
GIZELE DE SOUZA – Representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil da Universidade Federal do Paraná.

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que “*aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020 e dá outras providências*”.
Debata sobre o tema *Educação Infantil*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens,
Houve manifestações no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Vamos dar início à nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que “*aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020 e dá outras providências*”.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 18ª reunião, realizada em 3 de agosto. Pergunto aos Srs. Deputados se há necessidade da leitura da referida ata. (*Pausa.*)

A Deputada Dorinha pede a dispensa da leitura da ata. Não havendo discordância, a leitura fica dispensada.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

APROVADA.

Informo que no dia 16 de agosto de 2011 houve aqui a realização do seminário A Expansão Tecnológica no Brasil, obtendo um enorme sucesso, inclusive com participação muito grande de público, fazendo com que, mais uma vez, tivéssemos a oportunidade de discutir mais profundamente a política de expansão tecnológica apresentada.

Simultaneamente à realização do evento, foi criado o Fórum Nacional em Defesa da Extensão Tecnológica — FNET. E ainda, por sugestão desta Presidência, o Departamento de Comissão, a partir de hoje, organizará a visita dos jovens participantes do Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente, o Pró-Adolescente, da Câmara dos Deputados, aos Centros Vocacionais Tecnológicos — CVTs.

Comunico o recebimento do Ofício nº 436, da Deputada Teresa Surita, justificando sua ausência nas atividades desta Comissão, no período de 15 a 19 do corrente, em razão de sua participação e de suas atividades político-partidárias no Estado de Roraima.



Sobre a mesa o convite da UNDIME para o seminário regional *A Educação Municipal na Construção do PNE*, dia 20 de agosto, em Vila Velha, no Espírito Santo.

A relação do primeiro encontro do Fórum Nacional de Educação, nos dias 18 e 19 de agosto, em Brasília, por iniciativa daquela entidade, com o apoio do Ministério de Educação e Cultura. Serão analisados, durante o encontro, o PL nº 8.035, de 2011, que aprova o Plano Nacional de Educação, e o PL nº 8.039, de 2010, que institui o conceito de responsabilidade educacional na Lei de Ação Civil Pública.

A pauta de hoje prevê a realização de audiência pública, destinada a debater o tema educação infantil, com os seguintes convidados, que convido a, neste momento, tomar assento à mesa: Prof. Rita de Cássia Coelho, Coordenadora Geral de Educação Infantil do Ministério de Educação e Cultura — Tudo bom, Rita? Obrigado pela presença, desde já —; Sra. Maria Luíza Rodrigues Flores, representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil — MIEIB; e Sra. Gizele de Souza, representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil da Universidade Federal do Paraná — tudo bom, Gizele? Muito obrigado pela presença.

Antes de dar início às falas das nossas expositoras convidadas, coloco em apreciação, para aprovação, do Requerimento nº 70/2011 PL 803510, apresentado pela Deputada Fátima Bezerra — já que o mesmo foi aprovado, pela manhã, na Comissão de Educação, e a ideia é fazer uma audiência conjunta —, que *“requer a realização de reunião conjunta entre a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação e a Comissão Permanente de Educação e Cultura para apresentar e debater medidas que valorizem os profissionais da educação, para a qual serão convidados especialistas e representantes de entidades que lidem com o assunto.”*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazê-lo.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham.

APROVADO.



Quero informar às nossas convidadas que nós vamos dispor de 20 minutos para a exposição de cada uma delas. Caso tenhamos por parte das senhoras algum indicativo de ampliar o tempo, podemos conceder, mas vamos tentar manter esse tempo para garantia, depois, do debate com os Srs. Parlamentares. Os apartes só serão permitidos durante a prorrogação. Concluída a apresentação, será concedida a palavra aos Deputados que, por ordem de inscrição, terão prazo de 3 minutos para suas considerações. Serão facultadas réplicas e tréplicas pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição dos senhores na mesa de apoio.

Concedo a palavra à nossa convidada, Prof. Rita de Cássia Coelho, Coordenadora Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação.

A SRA. RITA DE CÁSSIA COELHO - Quero cumprimentar os Deputados da Mesa; agradecer-lhes por essa oportunidade de dialogar especificamente sobre a educação infantil e as possibilidades colocadas pelo PNE; cumprimentar também as minhas colegas, a Prof. Gizele, da Universidade Federal do Paraná, e a Prof. Maria Luíza, companheira do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

Devo dizer que essa é uma oportunidade importante para o Ministério da Educação e para a área da educação infantil. Há um entendimento claro de que este debate do PNE, nesta Casa, tem o objetivo de qualificá-lo e de aprimorá-lo na perspectiva de transformá-lo num plano exequível e pactuado no âmbito da nossa sociedade. Nesse sentido, a nossa maior preocupação é que o debate do PNE não se restrinja a um debate de metas do PNE, mas, sim, que essas metas estejam comprometidas com uma concepção, no caso, de educação infantil. Nós temos observado uma grande fragilidade na implementação das políticas e no debate nacional acerca da concepção de educação infantil. Então, essa é a primeira posição que nós gostaríamos de defender nesta audiência.

A educação infantil é um dever de Estado. Tornaram-se obrigatórias recentemente, com a Emenda 59, as matrículas da educação infantil. A oferta já era uma obrigação desde a Constituição de 88. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches, pré-escolas, centros de educação infantil por profissionais habilitados em nível superior, admitida a formação em nível médio.



Nós precisamos estar muito atentos a essa questão, porque hoje há uma grande discussão de que a formação é em nível médio. A legislação é muito clara: a formação é em nível superior e é admitida como formação mínima.

A matrícula é obrigatória a partir de 4 anos completos até 31 de março do ano em que a criança vai frequentar. Esse é um ponto estratégico e de tensão, para que não ocorra com a educação infantil o que ocorreu com a matrícula das crianças de 6 anos do ensino fundamental, porque se admitimos a matrícula obrigatória na pré-escola, sem considerar a faixa etária adequada, 4 anos completos, naturalmente haverá uma demanda de inclusão no ensino fundamental sem que a criança tenha 6 anos.

Essa discussão já está posta nos sistemas. A educação infantil acolhe a demanda de crianças que não têm 4 anos completos, e o percurso escolar dessa criança naturalmente coloca a possibilidade da matrícula no ensino fundamental sem 6 anos completos.

E aí há toda uma discussão do Ministério Público e das famílias no sentido de que a educação infantil está dando bomba, repetindo, que a criança está repetindo o ano. Quer dizer, não há o entendimento de um percurso contínuo em que a faixa etária é um fator determinante. Existe uma relação forte entre faixa etária e o desempenho da criança nos anos iniciais do ensino fundamental.

O sistema educacional brasileiro não reconhece as modalidades não institucionais como equivalentes ao dever do Estado com a educação infantil. Então, essa é uma preocupação com a primeira meta do PNE, a obrigatoriedade, a universalização da matrícula de 4 anos e o percentual de 50% de matrícula de crianças de zero a 3.

Em nome do acesso, o que nós temos constatado no Ministério é uma fragilidade da concepção, como se o direito à educação infantil se reduzisse ao direito a uma vaga. E a educação infantil é um direito a uma vaga num espaço físico adequado, com um profissional qualificado, habilitado em nível superior, com uma proposta pedagógica coletiva e intencionalmente planejada.

Então, o primeiro grande desafio do PNE é discutir a implementação das metas comprometidas com essa concepção. Quer dizer, não desvincular o debate das metas do debate de concepção de educação infantil. Atendimento domiciliar não



é educação infantil. Não equivale ao dever do Estado com a primeira etapa da educação infantil. Atendimento noturno, creche noturna, não é educação infantil. Atendimento sem qualquer interrupção em creche não é dever da educação com a primeira etapa da educação básica.

É uma necessidade social legítima? É. É uma necessidade social legítima. É uma necessidade que pode ter impactos social importante? Sim. A escola, o sistema educacional, deve dialogar com essas necessidades? Deve dialogar com essas necessidades. A resposta a essas necessidades é a educação infantil? Não. Não é, porque, senão, vamos voltar lá para a LBA, lá para a Creche Casulo. Nós vamos voltar para a década de 70, e todo esse esforço histórico da nossa sociedade de consolidar uma concepção de dever de Estado e de direito da criança fica comprometido.

Esse é, no nosso entendimento, a grande importância do debate, que o PNE se consolide e contribua para a institucionalização da educação infantil como primeira etapa da educação básica.

O segundo grande desafio é o da expansão, que está claramente apresentado também. Então, o que observamos? O desafio da expansão precisa, neste debate, também ser melhor qualificado.

A primeira observação é que o grande desafio não está na universalização da pré-escola, está no atendimento de zero a 3. São nas faixas etárias de menor idade que temos menor taxa de frequência na educação infantil. Então, ali já constatamos uma desigualdade que aparece em relação a faixa etária.

A segunda desigualdade que nós vamos observar é regional. Essas taxas de frequência não se comportam igualmente nas diferentes regiões do Brasil, ou seja, dependendo de onde a criança nasce, ela tem mais ou menos direito à educação infantil.

Então, pessoal, essas taxas de expansão... Essa seria a grande demanda de expansão de vagas para atingirmos as metas do PNE. Acho importante esclarecer que as propostas encaminhadas pelo Executivo não cobrem essa expansão, entendendo inclusive que a educação infantil é uma responsabilidade compartilhada da União, dos Estados e dos Municípios e é também um direito dos trabalhadores



urbanos e rurais. Então, há aí também a necessidade de uma inflexão em relação ao direito dos trabalhadores.

E se nós já temos a necessidade de uma expansão significativa — lembrando, sempre, que essa expansão é também a expansão de uma concepção —, quando nós desagregamos as nossas taxas de frequência em relação à cor, em relação ao urbano e ao campo e em relação à situação de renda, nós vamos constatar, no atendimento de crianças de zero a 3, que a população preta e parda tem menos oportunidade de acesso à educação infantil; que a população do campo tem menos oportunidade de acesso que os 20% mais ricos da população... nós já teríamos universalizado, atingido as metas de universalização da pré-escola e as metas de atendimento da creche. Em relação aos 20% mais pobres, nós temos uma taxa de frequência inferior à taxa nacional. E essa mesma tendência se manifesta em relação aos 4 e 5 anos.

Nós temos uma demanda forte pela expansão, pela consolidação de uma concepção e pela transformação da política de educação infantil em uma política que nos ajude a enfrentar a desigualdade estrutural do nosso País. Ou seja, a educação infantil reproduz, no Brasil, essa forte estrutura de desigualdade social. É uma política que não tem conseguido fazer a inclusão dos mais pobres, dos pretos, pardos e da população do campo.

E várias metas colocadas no plano têm o objetivo de enfrentar essa questão, que é estrutural, da educação infantil no campo, da educação infantil dos mais pobres, dos mais vulneráveis e da educação infantil da faixa etária de zero a três anos.

Então, nessa perspectiva, os nossos principais desafios, no sentido de que o Plano Nacional contribua para essa política, são comprometer a educação infantil com a igualdade e a justiça social e expandir significativamente o atendimento de zero a três anos em creche, instituição, estabelecimento educacional, com professor qualificado.

Hoje há um grande debate nacional de programas de desenvolvimento infantil, de programas de atendimento à primeira infância, que não são sinônimos da educação infantil, principalmente de zero a três, a questão da infraestrutura adequada, a consolidação da identidade da educação infantil e o enfrentamento de



uma questão bastante grave para a política, que é uma ambiguidade em relação à identidade do profissional da educação infantil.

Aí é importante que na discussão das metas do PNE não façamos a discussão apenas da primeira meta, que é a meta da universalização, e das metas de expansão de acesso, mas que articulemos essa discussão com as metas de formação de professor com as metas do financiamento, com as metas da valorização, porque hoje uma das estratégias que vêm sendo utilizadas para expandir a educação infantil é a realização de concursos públicos, aprovados pelas câmaras municipais, para profissionais atuarem principalmente na faixa etária de zero a três, sem exigência de formação, com a exigência de ensino fundamental completo, com a criação de carreiras de cuidadores, recreacionistas, monitores, auxiliares de desenvolvimento infantil, assistentes de classe que não estão no exercício da docência. Eles não têm a formação, não integram a carreira do magistério, mas são concursados para desempenhar a função docente na educação infantil e sobretudo na creche, no atendimento das crianças de zero a três.

Então, a questão central, para nós, é fazer esse debate comprometido com uma concepção em que a identidade do profissional é a questão central e debater as metas de expansão associadas às metas de formação de professor e de financiamento. O Ministério, assim como o Poder Executivo, tem toda disposição de incluir, de rever, de aprimorar, de debater essas metas.

Um último esclarecimento que eu quero prestar é em relação a estratégia que tem sido bastante debatida e entendida como uma indução à privatização da expansão do atendimento de zero a três, que é a meta que correlaciona a emissão do CEBAS com o atendimento das crianças de zero a três, ou atendimento em creche.

Então, explicando ou dialogando um pouco sobre o CEBAS, hoje ele é emitido pelos Ministérios das áreas afins. No caso de creche e pré-escola, o CEBAS tem sido emitido pelo Ministério da Educação. E na emissão do CEBAS, a proposta, quer dizer, o Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social com atuação na educação, está condicionado à oferta de um quantitativo de matrículas gratuitas e de qualidade.



Essa é a estrutura. Quer dizer, o CEBAS significa isenção do imposto em troca de um atendimento gratuito. A proposta é que esse atendimento gratuito priorize o atendimento da faixa etária em que temos hoje a maior defasagem de atendimento. A ideia não é privatizar nas entidades comunitárias e filantrópicas o atendimento de zero a três, mas, pelo contrário, é direcionar a concessão do CEBAS para um atendimento que é uma grande necessidade da sociedade brasileira, cuja oferta pública estatal não tem conseguido atender plenamente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Professora Rita.

Passamos a palavra à Sra. Maria Luíza Rodrigues Flores, representante do Movimento Interforuns de Educação Infantil no Brasil.

A SRA. MARIA LUÍZA RODRIGUES FLORES - Boa tarde a todos. Eu sou a Professora Maria Luíza Flores e, neste momento, uma representante do Comitê Diretivo do Movimento Interforuns de Educação Infantil do Brasil. Saudamos a Mesa, os Deputados presentes, os demais também e queremos, em primeiro lugar, saudar essa iniciativa da audiência pública para discutir a pauta da educação infantil, que, para nós, para o nosso movimento, é prioritária. E vamos tentar nessa discussão falar um pouco sobre isso, porque entendemos que essa pauta é prioritária e que esse momento é muito importante.

Organizamos nossos *slides* em três momentos. No primeiro, queremos apresentar brevemente quem é o MIEIB, esse movimento que estamos aqui representando.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Aqui vocês estão vendo o logo do nosso movimento, o Movimento Interforuns de Educação Infantil no Brasil, e nós somos um movimento social. Somos uma organização interinstitucional, suprapartidária, aberta ao debate, temos fóruns estabelecidos em todo o Brasil, e a nossa causa é a causa da infância. Nosso campo de atuação é a militância política, é o acompanhamento, monitoramento, proposição de políticas públicas para a área de educação infantil.

E essa nossa atuação se dá tanto do ponto de vista da legislação, que é o que estamos fazendo aqui, estamos presentes para discutir, para trazer o acúmulo



do nosso movimento em relação ao Plano Nacional de Educação, trabalhamos em conjunto com as entidades científicas, com as universidades, com pesquisadores que vêm produzindo nessa área — muitos de nós que militam no movimento são professores de universidades públicas ou privadas — e também diretamente com gestores, porque como nosso movimento se organiza a partir de fóruns que são estaduais, lá na ponta, lá nos nossos fóruns, lá nos encontros regionais, lá nos Municípios atuamos diretamente junto aos gestores discutindo a proposição e a implementação de políticas públicas.

Então, vejam que a nossa ação também se complementa com a dimensão social, com a formação que fazemos a partir dos nossos espaços de discussão regulares de todos os fóruns estaduais diretamente junto com os professores, com as famílias, com os trabalhadores em educação, com a sociedade em geral.

É nessa perspectiva que o nosso movimento se situa e é a partir desse acúmulo de mais de 10 anos, porque o nosso movimento foi criado em 1999. Então, já temos mais de 10 anos acumulando uma trajetória de estudos, de aprofundamento e de incidência na área das políticas de educação infantil.

Estamos aqui, então, nesse universo, onde haja um espaço em que possamos discutir e pautar as questões da educação infantil, temos feito isso.

Segunda parte da nossa exposição, em relação à educação infantil, que é a pauta de hoje, não vamos discorrer sobre cada uma das legislações, mas esse alinhamento que trouxemos é para evidenciar nossa trajetória de construção. Então, não estamos falando de uma etapa da educação básica que está surgindo agora, que começa a ser discutida neste momento. Nós temos aqui uma base legal que nos dá sustentação para a defesa da educação infantil como primeira etapa da educação básica com todos os direitos à qualidade da educação que a nossa Constituição determina.

Nesse conjunto de documentos legais, fomos construindo um acúmulo sobre o que é educação infantil, sobre como, onde, por que e com que profissionais ela deve se dar. E nós estamos aqui para garantir que esses documentos legais de fato sejam efetivados nesse nosso novo plano nacional de educação.

Complementando aquelas conquistas legais, aquela trajetória legal, nós temos também uma trajetória de acúmulo conceitual. A Professora Rita muito bem



fez a articulação. Não podemos pensar num plano sem pensar em que concepção de criança e de educação infantil temos hoje. Nessa concepção, temos um diálogo muito forte com as universidades, com as comunidades, com as escolas, com os professores que estão lá, com redes nacionais e internacionais que sustentam aquilo que hoje entendemos que é educação infantil.

Assim com dissemos que a criança é sujeito de direitos, e temos isso registrado na nossa legislação, ela também é sujeito de direito das aprendizagens. Quando colocamos no plural, não estamos falando só daquela dita aprendizagem cognitiva. Não estamos falando aqui de conteúdos para educação infantil. Tanto que colocamos currículos e instituições próprias.

A educação dessas crianças pequenas pela especificidade delas, pelo que hoje entendemos que é uma criança — na verdade, são crianças e não uma criança que temos no Brasil —, pela especificidade da vivência, singularidade e importância do momento da infância, que na verdade são infâncias, temos também aqui um arcabouço teórico que nos dá sustentação para a defesa da educação infantil de qualidade que queremos ver nesse PNE.

E também, como a professora disse, destacamos ali, tem de ser com professor. E precisa garantir também o reconhecimento à diversidade dessas crianças e dessas infâncias que temos do Oiapoque ao Chuí. Por isso, não falamos de um currículo único, não falamos de listagem de conteúdo, de dias letivos, de carga horária, de avaliação classificatória, mas de educação de crianças muito pequenas com um potencial imenso de aprendizagem e desenvolvimento e que precisam e merecem a qualidade que pudermos oferecer para essa educação infantil brasileira.

Em relação ao projeto do plano, que é a nossa agenda hoje, queremos destacar que esse plano traz inovações, mas tem ausências e tensões. Então, temos algumas proposições aqui para defender.

Sobre inovações, temos um plano enxuto, mais objetivo, o que pode parecer positivo, pode ser explorado no sentido de definir prioridades e focarmos em questões que realmente contemplem todo território nacional. Isso pode ser uma coisa positiva.



Temos também a instituição do Fórum Nacional de Educação e a formalização da CONAE como referência para esse plano.

Essas são algumas inovações importantes, comparando esse plano com o anterior.

Mas tivemos alguma ausências no momento inicial de publicização, de apresentação desse plano pelo MEC. Em especial, chamamos a atenção para o financiamento desse plano, o diagnóstico necessário para projetar agora. Para 2011/2020 precisamos ter diagnóstico para vermos o que fizemos e o que, então, precisamos fazer. E precisamos saber com que recursos vamos contar para fazer o que é necessário.

A indicação das responsabilidades entre os entes federados é importantíssima, e vimos uma ausência nesse plano, porque ele precisa ser feito para essa faixa etária que é colocada como prioridade dos Municípios num processo de corresponsabilidade entre todos os entes.

Nós sabemos muito bem que os Municípios, muitos deles, não têm condições de arcar sozinhos com a qualidade de que a educação infantil precisa.

As metas intermediárias também são indispensáveis para conseguirmos estabelecer a progressividade da implementação desse plano e dessas políticas que estarão nesse plano. Como vamos projetar apenas a meta para o final do plano sem pensar em metas intermediárias, que são a sustentação das estratégias? Nós precisamos propor estratégias em cima das metas objetivas que precisam ser progressivas.

O detalhamento de ações de equalização — não vou precisar aqui citar os dados de equalização, porque a professora Rita fez essa exposição muito bem anteriormente — são fundamentais neste momento para um novo plano, porque senão vamos rodar mais 10 anos e deixar para traz a possibilidade de superar algumas desigualdades históricas na educação brasileira.

Em relação ao financiamento, nesse plano não havia uma linha de base para pensar para aonde estamos indo e para aonde iremos.

Que tensões estamos colocando, então? É indispensável a regulamentação do regime de colaboração para que esse plano possa se tornar factível nos Estados e nos Municípios, desdobrados nos planos estaduais e nos municipais.



Precisamos que a União se comprometa com aumento de gastos com esse plano. É preciso que a União entre com mais de 5% do PIB aplicado hoje, com certeza, e os 2% dos Estados e Municípios, é o que estamos trazendo; ampliar as vinculações para educação: 30% para Municípios e Estados, 22% a 25% da União. A partir de novas receitas, estamos discutindo a questão do pré-sal e dos *royalties* sobre a exploração dos minerais como possibilidades de ampliação desse recurso para educação.

Queremos chamar a atenção para toda a educação — não só para a educação infantil, mas reforço a importância para a toda a educação — a fim de que se trabalhe com outra lógica de financiamento da educação que não a lógica presente hoje de ver o total de recursos, o total de matrículas e distribuir o que temos pelas matrículas existentes.

Estamos juntos com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e com a proposta também reconhecida pelo Conselho Nacional de Educação do Custo Aluno Qualidade. A partir dessa proposta, vemos claramente a possibilidade de uma inversão da lógica, em que começamos a pensar nos insumos básicos para essa educação, para cada faixa etária, considerando a diversidade, a diferença de período parcial e integral, para vermos quanto custa de fato essa educação que queremos oferecer para as nossas crianças e definir o financiamento para essa educação.

Por último, desse diagnóstico que fizemos do projeto, vimos um certo descompasso desse projeto em relação ao nosso documento da CONAE, por quê? Porque nós do MIEIB participamos, desde final de 2008, todo 2009 e 2010, junto, no nosso Estado, da comissão de organização da conferência. Fizemos as conferências municipais, estaduais, regionais, viemos com representantes de todo o Brasil para a conferência nacional em Brasília. Houve vários dias de trabalho exaustivo de debate e conseguimos constituir uma proposta objetiva para a educação a partir do documento da CONAE, que pouco foi contemplada no projeto atual no Plano Nacional de Educação.

Em relação à educação infantil, especificamente nessa terceira parte, no primeiro diagnóstico que fizemos, o Plano 2001/2010, Lei 10.172, o Plano já foi



expirado, ele tinha como meta 50% para faixa etária de zero a 3 anos e 80% para faixa etária de zero a 4 anos.

No projeto atual não avançamos em relação a essa meta e, na prática, nos 10 anos, não trabalhamos em cima de metas intermediárias para que chegássemos, neste momento, ao fim do prazo desse plano e tivéssemos de fato avançado.

Então, recolocamos no plano atual a mesma meta que havia no plano 2001/2010, que é 50% para zero 3 anos e agora, 100% para a faixa etária de 4 e 5, não se coloca como nenhum acréscimo, porque isso já foi posto pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009 para 2016.

Então, na verdade, não temos neste Plano uma proposta de avanço significativo em relação ao acesso à educação infantil.

Aqui, então, começamos a trabalhar. Trouxemos algumas metas específicas, algumas propostas de emenda que nós fizemos. Algumas dessas propostas são específicas do Movimento Interfóruns de Educação Infantil, mas nós também incluímos um conjunto das emendas apresentadas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que é um movimento que nós também integramos. *(Palmas.)*

Está presente aqui uma delegação da Campanha, porque estamos vivenciando o VI Encontro Nacional da Campanha neste período. Por isso vemos esta participação dos colegas.

A Meta 1 traz em seu texto original a proposta de atendimento escolar da população de 4 e 5 anos até 2016 — isso apenas reconhece o que já está na lei desde 2009 — e a ampliação, até 2020, da oferta de educação infantil para atender 50% da população até 3 anos.

Em relação a essa Meta 1, nós temos uma emenda modificativa, que propõe universalizar o atendimento escolar para a faixa de 4 e 5 anos até 2016 — o que já estava proposto —, mas que haja estratégias para se chegar até 2016. Não queremos chegar em 2016 e dizer: *Ó, não conseguimos atingir a meta de colocar todas as crianças de 4 e 5 anos.* Precisamos ter estratégias para chegar lá, a partir das metas intermediárias.

Para a faixa etária de zero a 3 anos, nós estamos propondo ampliar a oferta educacional em no mínimo 50% da população, até 2016, e universalizar o atendimento da demanda manifesta por creche até 2020. Ou seja, até o final da



vigência do novo Plano, que nós consigamos universalizar o atendimento da demanda manifesta para a faixa etária de zero a 3 anos.

Em relação ao Item 1.2. Diz a proposta original: *“Manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas”*.

Para este item nós também fizemos uma proposta de emenda modificativa, que diz o seguinte: *“Manter programa nacional de construção, reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas estipulada na presente meta, assegurando que os entes federados compartilhem as responsabilidades financeiras da iniciativa na seguinte proporção dos investimentos: 50% por parte da União, 25% por parte dos Estados e 25% por parte dos Municípios, conforme o número de unidades de ensino de educação infantil construídas, reestruturadas e adquiridas em um respectivo território municipal localizado em um determinado Estado”*.

Então, estamos propondo a expansão, mas estamos afirmando aqui que é preciso um regime de colaboração, para que essas instituições possam ter a sua manutenção garantida dentro dos princípios do custo aluno-qualidade. Não adianta a União construir, porque muitos Municípios não têm condições de manter a instituição construída. E o Estado, como ente federado, precisa apoiar, tanto técnica quanto financeiramente, os Municípios da sua abrangência. Para nós é uma condição resgatar a trajetória do Estado na oferta de educação infantil, porque sabemos que muitos Estados, ao municipalizar a educação infantil, não estão mais oferecendo apoio técnico ou pedagógico aos Municípios.

Considera a demanda de 50% de cobertura em creche e a universalização da pré-escola, teríamos a necessidade de construção de 39 mil unidades de educação infantil, cada uma atendendo a 120 crianças. Vejam que é uma demanda muito grande e que sozinhos os Municípios não vão conseguir dar conta dessa demanda.

O PAC 2 já prevê auxílio, via Proinfância, para a construção de 6 mil unidades de educação infantil. Mas são apenas 6 mil unidades contra as 39 mil unidades de que nós precisamos para dar conta dentro dos próximos 10 anos. Por isso



precisamos de muito mais recursos. E precisamos também de outros programas, não só do Proinfância, como de outros programas de Governo. Precisamos de uma política de Estado que consiga manter a implementação dessa expansão com qualidade. É necessária uma estratégia muito mais audaciosa e que seja em regime de colaboração.

Esta aqui é aquela meta que a Profa. Rita trouxe, sobre a questão do certificado do CEBAS para as entidades. Ela se manifestou no sentido de que algumas entidades ou algumas pessoas vêm entendendo isso como algo negativo. Nós temos esse entendimento, até o momento, sobre essa proposta. Por isso estamos propondo a sua supressão. Por quê? Porque fazemos parte de um movimento social que integra outras redes que defendem a responsabilização do poder público pela oferta da educação.

A nossa proposta, a nossa afirmação se dá a partir de um diagnóstico efetivo proveniente das pesquisas que acompanhamos e que mostram a diferença na qualidade do atendimento nas instituições privadas e nas conveniadas — filantrópicas, comunitárias e beneficentes. Nós, lá nos nossos Municípios, acompanhamos muito de perto a diferença desse atendimento, até este momento. Por isso fazemos a defesa de que essa expansão que estamos querendo que aconteça nos próximos 10 anos seja para a faixa de zero a 3 anos, em estabelecimentos de educação infantil, e que a manutenção desses estabelecimentos seja de responsabilidade do poder público.

O que nos apresentam as pesquisas é que as instituições filantrópicas, as comunitárias e as beneficentes acabam investindo um custo muito menor, em torno de um quinto, em relação ao custo investido pelos Municípios nas suas redes próprias. Isso significa que a qualidade ofertada nesses estabelecimentos é bem menor, e com uma frágil ingerência e acompanhamento por parte do poder público, dos conselhos de educação e das secretarias de educação.

Então, ainda não temos um sistema em funcionamento que garanta qualidade igual para as crianças que estão numa instituição pública municipal e para as que estão numa instituição conveniada, no mesmo quarteirão. Não temos esse controle. Sabemos que os gestores dos Municípios e a Secretaria de Educação, que é a responsável por esse sistema, não conseguem fazer esse controle na maior parte



dos Municípios. O Conselho de Educação também tem um poder relativo para exercer ingerência nesses estabelecimentos.

Concluo, então, dizendo que há aqui outras metas, que já estão documentadas. Já foi registrada a entrega das nossas metas, que foram apresentadas e consideradas por vários Deputados.

Relativamente a financiamento da educação, gostaríamos de aproveitar este momento para reforçar a importância de o custo aluno-qualidade ser considerado na projeção do novo Plano.

Queremos entregar formalmente aqui uma nota técnica, construída pela Campanha Nacional — e o MIEIB faz parte da Campanha Nacional, integra o seu comitê diretivo. Fizemos um estudo que mostra que precisamos ampliar a destinação de recursos para a educação em 10% do PIB, e não apenas em 7%. Nesta nota técnica nós apresentamos um estudo sobre como 7% não são suficientes para que se consiga oferecer a educação infantil de qualidade que as crianças merecem. O que se quer é manter essas crianças de zero a 6 anos de idade em estabelecimentos de educação infantil.

A Campanha fez o seu encontro, como eu disse, e temos uma representação aqui. Vamos entregar oficialmente essa nota técnica e uma publicação que fizemos sobre a Emenda nº 59.

Muito obrigada. (*Palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigada, Sra. Maria Luíza.

Concedo a palavra à Sra. Gizele de Souza, representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil — NEPIE, da Universidade Federal do Paraná.

A SRA. GIZELE DE SOUZA - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar os integrantes desta Mesa e saudar a minha querida Rita de Cássia, colega da área de educação infantil.

Trago aqui uma informação que talvez muitos dos presentes não conheçam. Tanto a Rita como eu, dos fóruns paranaense e mineiro, há 10 anos somos protagonistas nesse sentido, junto com outros colegas que fundaram o MIEIB. A Rita participou por muitos anos do comitê diretivo. Inclusive, colocou o MIEIB como



protagonista no cenário da política de educação. Enfim, nós fazemos parte de um mesmo lugar, não institucional, atualmente, mas político em defesa da educação infantil. Acho essa uma questão importante e muito clara para mim.

Também saúdo o meu colega e conterrâneo, o Deputado Angelo Vanhoni, um defensor das questões da educação infantil e da infância no Paraná e no Brasil. Enfim, já somos parceiros de outras empreitadas, em outros projetos sobre educação infantil.

Embora eu participe no MIEIB e seja coordenadora de um núcleo de pesquisa, hoje falo na qualidade de professora universitária. Nesse sentido vou me apropriar de contribuições que a pesquisa e as universidades vêm produzindo, especialmente traduzidas num documento publicado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED. Entendo que este seja um lugar institucional do qual eu falo. Quer dizer, eu não represento formalmente a ANPED, mas me aproprio de uma produção da universidade.

Quero registrar a importância deste momento por duas frentes. É importante lembrar que esta Casa tem uma tradição democrática de resguardar os debates sobre a educação — e não é casual termos aqui a imagem do querido Florestan Fernandes — e que a educação infantil está sendo discutida num plano nacional como política de Estado.

Aqui, saúdo e comemoro essa iniciativa.

Vou selecionar as imagens do eslaide, porque sempre programarmos muitas coisas para apresentar, mas temos que fazer escolhas.

Quero marcar a primeira lâmina.

A próxima lâmina traz a situação das matrículas em relação à população e à demanda. Trata-se aqui de discutir que a perspectiva com a qual eu vou fazer a minha exposição de hoje tem a ver com a concepção e que metas do Plano Nacional são tradutoras de uma concepção de educação infantil.

Nesse sentido, discutir esses dados estatísticos e a sua importância está colado a essa proposição.

Quero mostrar que a população infantil está em processo de decréscimo nesta década, segundo o Censo 2010. A população de zero a 3 anos — reforçando



a fala da Rita — é a faixa que menos recebeu investimento. Portanto, não houve expansão no Brasil.

Estou replicando uma posição já conhecida na nossa área e traduzida pela Profa. Fúlvia Rosemberg, de uma dívida que a sociedade brasileira tem para com as crianças pequenas, de zero a 3 anos. Nós temos uma dívida com essa população, porque não garantimos e não viabilizamos o seu direito à educação.

Esses dados mostram que a pré-escola, apesar dos percalços... Isso também tem a ver com a história. Antigamente a pré-escola era conhecida como jardim de infância. Nasceu dentro do sistema educacional do Brasil do início do século XX. A creche não nasceu como forma de atendimento dentro do sistema educacional, e isso nos trouxe uma pesada herança. Essa já é uma discussão antiga, clássica na nossa área.

Quero chamar atenção para o seguinte. Essa história, essa herança não pode receber de nós, agora, por meio deste Plano Nacional, uma ratificação ou, digamos, a manutenção de desigualdades sociais, o não investimento na faixa de zero a 3 anos. Ou seja, discutir a expansão sem qualidade é um risco gravíssimo e tem impacto no financiamento, mas não só no financiamento, tem impacto também na concepção de como pensamos política de conveniamento, formação, outras coisas que estão coladas a uma concepção de infância.

Esta é a Meta 1, de universalização. O que eu quero destacar é como temos que enfrentar essa situação, em função da população ainda a ser atendida. Nós temos ali, fazendo uma conta, junto com os dados do Censo, 20 mil estabelecimentos infantis e 300 mil professores aproximadamente. Temos uma empreitada muito grande para dar conta dessas propostas que estão no Plano Nacional.

A ANPED tem a posição de universalizar até 2016 o atendimento escolar da população de 4 a 5 anos, ampliar a oferta de educação infantil de forma a atender a população de zero a 3 anos em 50% até 2016 e universalizar o atendimento da demanda manifesta até 2020.

Eu acho importante falar que não temos estudos sobre demandas. Isso é muito sério para nós. Houve tentativas. O próprio Ministério já faz uma conversa há anos com o INEP, com José Marcelino, lá atrás.



Não é nova essa empreitada para conseguir fazer a intervenção de censo específico da educação infantil. Isso não é uma novidade, mas é necessário até para poder qualificar discussão de expansão. Senão, é um tiro no nosso pé inclusive falar em demanda manifesta. Ponho um ponto de interrogação aqui, porque isso não é tranquilo. E ponho entre parênteses que a demanda manifesta pode ser menor do que 50%, dependendo do dado.

Temos que tomar cuidado. Isso não é para usar como argumento para não ampliar, mas é para qualificar a expansão. Está certo? Acho que é importante dizer claramente isso aqui. Ou seja, não é recurso de defesa do princípio, mas se trata de qualificar a defesa que estamos fazendo.

Jornada diária. Há uma confusão neste debate sobre educação, que envolve educação integral e jornada integral. Acho importante este ponto, que tem que estar explícito no Plano Nacional. É histórica a conquista do tempo, da jornada integral na educação infantil, em especial de zero a 3 anos. Essa é uma conquista histórica das mulheres; enfim, dos movimentos sociais.

Diluir esta discussão na meta sobre educação integral é outro assunto, é outra questão. É importante tornar explícita essa conquista e reiterar que nós queremos expansão com a não exclusão da jornada integral. Não estamos só expandindo, retirando a jornada integral para poder duplicar a jornada parcial. Por isso não dá para discutir expansão sem discutir as condições dessa expansão. Jornada, isso é caro para nós na área de educação infantil. Eu acho que isso tem que ser explícito na meta, não pode estar subsumido na meta de educação integral, porque é uma outra história para o ensino fundamental e médio.

Avaliação também é um assunto difícil, mas é necessário enfrentar. Há uma proposição de avaliar a educação infantil com base nos instrumentos nacionais. Acho que temos de realizar processos de avaliação. O sistema educacional formal é necessário, porém estamos propondo avaliar a qualidade da oferta de educação infantil com base em padrões nacionais de qualidade e realizar censo nacional atualizado a cada 5 anos, a partir da especificidade e da natureza da educação infantil.

Eu acho que a educação infantil pode dar uma contribuição inclusive para outras etapas da educação básica no termo da avaliação, porque se tem proposto e



pautado que a avaliação não se restringe à avaliação de aprendizagem da criança. Essa é a razão da avaliação da oferta, das condições de oferta do atendimento, o que implica a instituição, a condição física, a formação, a biblioteca, os materiais, enfim. Esse assunto é muito mais ampliado e foge do foco.

Pelo menos entre os pesquisadores, embora tenhamos divergências, acho que há consenso de que a avaliação não pode se centrar exclusivamente na avaliação da criança, e sim na avaliação institucional, da oferta de educação infantil.

A questão que vemos agora está no documento da própria ANPED. Há uma sugestão da supressão dessa estratégia, mesmo reconhecendo — e aqui eu pessoalmente reconheço — que o Estado faz uma tentativa de regulação. Eu acho que é papel dele fazê-la; a realidade está posta, então se tem de regulá-la.

Colado a isso, há algo que tem a ver com política de conveniamento na educação infantil. É uma questão que também tem de ser enfrentada explicitamente. A história da educação infantil se fez na política de conveniamento, especialmente para a faixa de zero a 3 anos, para a população mais pobre do Brasil. É muito importante que essas instituições tenham contribuído e inclusive produzido uma identidade para isso. Porém, é contraditório, nós lutamos para que o Estado se responsabilizasse por sua empreitada, que é ser responsável pela oferta pública.

Então, agora, é chegada a hora de enfrentarmos isso aqui, em face da extinção progressiva da política de conveniamento. Isso está no documento da ANPED, e é uma posição que defendo explicitamente. É necessário enfrentar isso.

O MEC, na função institucional que tem, fez um documento que acho importante, de regulação dos convênios na área de educação infantil, de orientação de conveniamento — o que é necessário, já que isso existe. Porém há uma proposta, pelo menos aqui defendida pela ANPED e pelas universidades, de que o Plano torne explícita a progressiva extinção, para que o Estado cada vez mais passe a ocupar o lugar que é dele na oferta.

Formação inicial e continuada. Não se trata apenas de fomentar, e sim de assegurar a formação continuada. Não é uma questão de jogo semântico — fomentar e contribuir —, mas de assegurar e garantir. Inclusive há uma escolha pelos verbos porque eles dão maior viabilidade — ou não — a esses nossos princípios, digamos assim.



Outra questão é formalizar a figura do professor, concordando com a posição que a Rita expôs, de que é uma preocupação da área. Justamente porque a creche levou muito tempo para ser incluída no sistema educacional, como responsabilidade do sistema educacional, os profissionais que faziam parte dela também levaram. Então, nós temos um desafio, que é, sim, fazer expansão, nesse novo plano, em creche, com o professor — não é com babá, nem com atendente, nem com auxiliar de desenvolvimento social.

Nós, das universidades brasileiras coordenadas pela UFMG, realizamos uma grande pesquisa nacional financiada e apoiada pelo Ministério da Educação, que se chama *Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil*. Foi a primeira pesquisa de âmbito nacional que tentou enxergar o perfil do profissional na educação básica: infantil, fundamental e média.

No campo da educação infantil, o que nós encontramos? Uma infinidade de atribuições e indefinições da atuação desse sujeito que fica com crianças pequenas, de zero a 3 anos: babá, monitor, atendente e tudo mais. E com concursos públicos. Quer dizer, a política municipal fomenta uma herança que não desejamos mais esteja presente no Plano Nacional.

Aqui, como universidade, é importante dizer isto. Uma proposta que não trata apenas de estimular, mas de promover articulação de programas de pós-graduação com a formação na educação infantil.

Só um detalhe. Não é casual a faixa etária. Na proposta original está de 4 a 5 anos. É de concepção que de zero a 3 anos não pode estar fora de articulação de programas de pós-graduação. Nós temos direito de fazer parte de programas em que a ciência chega do zero a 3 anos? (*Palmas.*)

Isso é preconceito de idade, gênero, classe e raça, se considerarmos aquelas tabelas que a Rita mostrou e que o IBGE já mostra há muitos anos, segundo as quais a população brasileira mais pobre encontra-se em domicílios dirigidos por mulheres que têm crianças bem pequenas.

Propõe-se que o primeiro ano de vigência do Plano estabeleça normas, procedimentos e prazos para a definição de mecanismos de consulta pública da demanda de famílias por creche, reiterando uma reivindicação histórica da necessidade de diagnósticos, de consultas públicas.



Assegurar e elaborar a difusão de orientações curriculares, formação de pessoal, produção de programas, materiais que respeitem e valorizem a diversidade étnico-racial.

Nós já temos, dentro do Ministério da Educação, este movimento, que é grande, com as universidades. Mas eu acho importante que isso, para além das pessoas que lá se encontram, se estabeleça como políticas de Estado.

Então, para encerrar, eu queria voltar ao primeiro eslaide, lá atrás, para fechar. Aqui, não se trata de expandir, mas tem que expandir com outro custo. Nós temos ali uma nota técnica do MEC. Ele faz uma média a partir do investimento feito no custo-aluno, na média nacional. Temos pesquisadores da área mostrando o quanto é necessário um investimento maior, mesmo não incluindo um número maior de crianças. Acho que, mesmo trabalhando com a mesma meta de número de matrículas, é muito necessário o aumento de investimento.

Corroboro com o documento da ANPED, que diz isto com o que eu também concordo: 7% não dariam conta dessa grande empreitada que temos pela frente.

Agradeço a paciência aos senhores. Estou aberta ao debate. Acho que é para isto que aqui estamos, para conversar com aqueles que têm possibilidade de fazer uma intervenção favorável no Plano Nacional de Educação.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Gisele.

Vamos abrir agora ao debate.

O Deputado Angelo Vanhoni também é autor do requerimento, mas ele declina do direito de usar da palavra, para que os Parlamentares presentes a usem inicialmente.

Então, passo a palavra ao Deputado Artur Bruno. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Boa tarde a todos e a todas. Eu quero saudar todas as mulheres aqui presentes, na pessoa da nossa Coordenadora de Educação Infantil do MEC, Profa. Rita. Saúdo todos os homens, na pessoa do nosso Relator, Deputado Angelo Vanhoni, que já emagreceu aí muitos quilos nos últimos meses em função da elaboração do seu relatório. Estou notando que você está com menos cabelos, e os que existem estão totalmente brancos (*risos*), e a tendência, até a apresentação e votação do relatório, é perdê-los mais ainda.



Quero saudar o nosso Presidente, os nossos colegas Parlamentares presentes e as nossas demais convidadas. Antes de fazer algumas observações sobre o debate, as metas e estratégias, quero fazer um reconhecimento de público. Quando o País inteiro se debruçou para debater o FUNDEB, Deputado Angelo Vanhoni, na época eu era Deputado Estadual, V.Exa. já estava aqui na Comissão de Educação da Câmara Federal, o Brasil se movimentou a partir do MIEIB e da Campanha Nacional pela Educação de Qualidade, para garantir que os recursos do FUNDEB não começassem da pré-escola, e, sim, da faixa de 0 a 3 anos, portanto, da creche.

Quero creditar ao MIEIB, à campanha e à sociedade brasileira a grande vitória de garantir recursos do FUNDEB para o financiamento de creches. Foi uma grande vitória da sociedade brasileira.

Portanto, é com este otimismo que eu me debruço agora sobre este debate. Tenho certeza de que, com essas intervenções, com as emendas apresentadas ao Relator e com toda a movimentação que está acontecendo no Brasil inteiro, possamos avançar também no Plano Nacional de Educação, no que se refere ao financiamento do ensino infantil.

Ao parabenizar as entidades, faço questão de parabenizar as conterrâneas e os conterrâneos cearenses. (*Palmas.*) No Ceará, haverá um dos fóruns do PNE mais bem organizados — não estou dizendo que será só lá — (*palmas*), e aqui temos entidades que fazem parte desse fórum.

Ao fazer este registro, meu caro Presidente, quero fazer uma pergunta às debatedoras. Ainda não está clara a situação da demanda manifesta. A meta de termos 50%, de 0 a 3 anos, é ousada, considerando-se o que se faz hoje. Mas eu creio que poderá ficar aquém das nossas necessidades. E que necessidades são essas?

Eu gostaria de ouvir o MEC, bem como as entidades, e pedir a elas que se aprofundem mais nessa questão. Nós temos condição fazer essa avaliação, para podermos realmente estabelecer uma meta ousada, mas que resolva essa necessidade manifesta? Porque se ficarmos apenas no conceito de necessidade manifesta, ele será vago, impreciso. De que forma podemos precisar isso?



Esta a pergunta que faço ao MEC e às entidades: é possível isso para que possamos ter segurança de votar uma meta em termos do que poderá ser a realidade até 2010?

Outra questão que me preocupa se refere aos convênios com as creches comunitárias, filantrópicas, etc. Eu sempre defendi a escola pública, sou defensor dela, mas acho que não podemos ter preconceito nem ideologizar essa questão. Há creches e creches, há pré-escolas e pré-escolas.

Se uma creche é comunitária, tem qualidade, é bem avaliada pelas nossas instituições públicas, ela não poderia prestar esse serviço, por meio de convênio? Qual é o argumento?

Eu acho até razoável, Profa. Gisele, a proposta feita pela professora de progressivamente substituir creches comunitárias filantrópicas por creches efetivamente estatais, porque o conceito de estatal e público é diferente. Pode existir uma creche pública que não seja estatal.

Como os senhores trabalham esses conceitos para defender que somente creches e pré-escolas estatais prestem esse serviço de educação infantil? Qual a argumentação do ponto de vista da qualidade? É possível ou não creches e pré-escolas públicas — porque são comunitárias, filantrópicas, portanto, no conceito mais largo são instituições públicas — também prestarem esse serviço?

A preocupação que levanto é a de que nessa política poderíamos limitar ainda mais as vagas ofertadas para a educação infantil. Se realmente tivéssemos condição de prestar todo esse serviço de ensino infantil só com entidades estatais, que nem sempre garantem qualidade por serem estatais, temos que ter observância muito grande, fiscalização dos órgãos de controle, porque o fato de ser estatal não quer dizer que tenha qualidade. Essa é a segunda questão.

Por fim, a Profa. Gisele levantou uma questão que deve nos preocupar. Nós temos preocupação muito grande com a formação de professores. Será que as nossas universidades, de maneira geral — claro que sempre haverá boa e honrosas exceções —, estão formando alfabetizadores, alfabetizadoras, estão formando professores especialistas em creche e pré-escola? Será que estão mesmo? Os cursos de pedagogia fazem isso? E se não fazem, qual política deveríamos desenvolver — o MEC, os Estados e Municípios?



Tenho a impressão de que os cursos de Pedagogia, de maneira geral, não preparam para a sala de aula. Nesse caso é para o ensino infantil, para a alfabetização, para o Ensino Fundamental I. Acho que temos de ser mais incisivos, mais fortes em relação a isso.

Para finalizar, Sr. Presidente, tenho preocupação muito grande com o financiamento do ensino infantil não apenas na construção de equipamentos. E quero ouvir também o que pensa a Profa. Rita a respeito disso. A nossa meta é de chegar até 2014 com 6 mil novos centros de educação infantil, portanto, creches e pré-escolas. O Governo Federal os construiriam, e esses centros seriam administrados, evidentemente, com todo o pessoal e despesas de custeio, pelo Município que, claro, é responsável pela educação infantil.

A proposta da Profa. Maria Luíza, salvo engano, seria de 50% com a União, na construção. Isso baseado em quê? A União terá condição de construir essas 39 mil escolas — e não entendi se são creches ou centros de educação infantil —, quando a proposta hoje do Governo é de 6 mil? Teríamos, portanto, uma política de sextuplicar, passar a seis vezes mais do que o Governo oferece na sua proposta até 2014.

Quero entender qual o papel da União, do Estado, do Município, na construção, na garantia de qualidade, no controle. Como isso se dá hoje? Gostaria que a Profa. Rita pudesse aprofundar um pouco mais o assunto e saber qual seria o ideal na opinião das senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Há quatro Deputados inscritos. Então, passaremos a palavra a todos eles, e depois as respostas serão dadas de forma conjunta.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Eu gostaria de falar primeiro sobre uma expressão usada pela Profa. Rita a respeito da demanda social que ela entende como demanda de assistência, legítima, mas não de educação. Então, não entende que o atendimento noturno poderia ser creche, em virtude de toda a concepção educacional.

Acho que isso se mistura. Estou fazendo essa pergunta, inclusive porque nesta Comissão há dois temas. Um eu já relatei, o das creches domiciliares, que por



todos os princípios eu votei contra, respeitando tudo o que o Deputado pretendia ao apresentar a proposta de creche domiciliar. Mas agora há um outro caminhando em relação ao período de férias, a concepção de duração, escola, dia letivo e o impasse da mãe trabalhadora, que não pode ficar tanto tempo com a criança fora da escola.

Embora reconheçamos as dificuldades, o tema existe, até porque o atendimento à criança de zero a três nasceu numa perspectiva muito mais de assistência, de apoio no sentido complementar do que educacional, e existe uma situação realmente a se enfrentar em relação à permanência da criança.

Um outro ponto que eu queria mencionar é a natureza do atendimento e não é só para creche. Eu acho que esbarramos nisso quando olhamos o atendimento em tempo integral. Recursos, na minha opinião, deveriam vir da área social e da área de saúde, mas à medida que a creche é incorporada como etapa da educação básica, o Ministério da Ação Social, as Secretarias de Ação Social dos Estados, saúde, todos dizem: *“Olha, não tenho nada com a criança, leva que ela é sua.”* E, na verdade, temos despesas de fralda, de leite, de assistência à saúde que não são, do ponto de vista legal, despesas de educação.

Como poderíamos tentar construir isso? Eu era Presidente do CONSED — Conselho de Secretários Estaduais, e na hora de estabelecer o *per capita* sempre tínhamos um grande debate, até porque creche inicialmente nem entrava na concepção do FUNDEB, mas é educação básica, e sei que o *per capita* estabelecido realmente não consegue dar conta da demanda da etapa, porque é uma etapa que realmente é mais cara pelo tipo de atendimento. Então, como poderíamos avançar em relação a essas outras áreas?

Quero falar sobre os convênios. Quando Presidente do CONSED, eu também fui contra, com esse olhar. Ao mesmo tempo, não podemos fazer de conta que não existe uma tradição de atendimento. Em muitos lugares, foram eles que começaram o atendimento, são essas entidades filantrópicas e comunitárias.

Ao mesmo tempo, eu tenho sempre a preocupação com a concepção de educação, até onde elas vão ter... Elas podem fazer convênio, mas não podem receber recursos nem emendas parlamentares, nem recurso público para melhorar sua estrutura física para comprar equipamento.



Permitimos ao Município contar aquele aluno. Ele vai ser atendido, mas é como se fosse um atendimento de segunda mão porque eles não têm acesso a todas as condições dadas para uma entidade pública eles não têm acesso. No entanto, existe um problema concreto de atendimento: como vamos poder encontrar essa solução entre garantia do direito de aprender, garantia do atendimento e, ao mesmo tempo, garantia da qualidade, para que as crianças não tenham o azar de ter nascido em um Estado ou no outro, num Município ou no outro, para ter uma creche à disposição, sendo ela pública ou uma creche privada?

E eu não estou emitindo juízo de valor porque acho que existem entidades privadas que realizam um belíssimo trabalho, assim como há escolas públicas que realizam um trabalho excelente e escola pública ruim. Eu acho que o fato de ser privado ou público não dá a dimensão, embora eu ache que o dinheiro público realmente teria de estar concentrado na estrutura pública.

Eu quero fazer uma última pergunta sobre os recursos financeiros, se não me engano, o tema foi apresentado pela representante Maria Luíza: os Estados e Municípios deveriam entrar nesse processo de expansão com 25% dos recursos?

Eu acho que nós temos um problema até formal e legal. Hoje, com o FUNDEB, 20% estão capturados no fundo e 5% sobram para os sistemas, no caso dos Estados atenderem toda a sua parte operacional, universidades, os Estados que têm na sua estrutura universidades. Enfim, como eles poderiam entrar com 25% nessa conta da expansão sem uma mudança do ponto de vista de financiamento? Mesmo que tivessem o atendimento da educação infantil, os Estados não podem contar, assim o Município que tem ensino médio, com o recebimento dos recursos. Então, na verdade, ele põe o dinheiro no fundo, mas não o recebe.

E também se houve alguma discussão quanto ao atendimento em relação à área indígena e do campo, porque nas duas áreas do atendimento nós temos uma dificuldade operacional bem significativa. A indígena pela dispersão e pela questão cultural e o campo pela questão cultural e a especificidade.

Eu sempre gosto de dizer que no atendimento inclusive do campo nós temos todo um desenho diferenciado, e deveria ser olhada essa oferta, mas esbarramos em todas essas dificuldades operacionais.



No mais, eu acho que foi extremamente interessante a proposta desta audiência, até porque nos permite tentar descobrir alternativas para essas situações, as lacunas que nós temos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan Júnior) - Obrigado Professora Dorinha.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras palestrantes, primeiro quero me penitenciar por ter chegado há pouco. Escutei quase toda a fala da Profa. Gisele. Quero saudar todas as educadoras presentes, que certamente têm grande interesse no assunto. Esta é uma especificidade da nossa educação muito vasta: a educação infantil. Quero saudar o nosso Deputado Eduardo, um dos especialistas no assunto, junto com o Deputado Vanhoni, que tem sobre os ombros o peso de conseguir copilar e dar racionalidade ao enorme tributo que está sendo feito, mais de 3 mil emendas ao nosso Plano Nacional de Educação. Quero saudar também, a exemplo do meu antecessor, o Bruno, a nossa delegação do Rio Grande do Norte e do Nordeste como um todo (*palmas*), que aqui está presente e tem muita tradição no trabalho. O grupo do Ceará está maior, certamente, (*palmas*) mas o pessoal do Rio Grande do Norte tem qualidade, Pernambuco, Nordeste; o Nordeste esta presente e o Brasil todo.

Eu quero fazer uma reflexão com a Mesa, em especial com o nosso Relator. Vamos falar aqui, vamos debater, vamos conversar, mas o Relator é quem vai copilar essas contribuições e, ao final, vai emitir o seu produto, que certamente será o resumo das opiniões todas, a média das opiniões todas, mas haver muito da contribuição do Deputado Angelo Vanhoni, que é um Deputado valoroso, experiente, alguém que está na luta pela educação há muitos anos. Certamente, a sua escolha não foi temerária, nós sabemos a responsabilidade que é esta relatoria.

Eu me lembro, Deputado, e V.Exa. estava conosco na Legislatura anterior, quando discutíamos um assunto que sempre volta à baila quando tratamos das diferentes áreas da educação, que é o financiamento público. Eu tive a oportunidade de relatar a desvinculação das receitas da União no que tange à educação. E ao colocarmos a nova obrigatoriedade, que é anterior ao que a Constituição previra, de



7 a 14 anos, estabelecendo de 4 a 17 anos, abrangendo a pré-escola e o ensino médio, houve, naquela oportunidade, uma pressão bem-vinda da turma da educação infantil, principalmente na questão das creches — por que não tornar obrigatória as creches? Algumas pessoas queriam essa obrigatoriedade, outras não queriam obrigatoriedade. E essa discussão já se estabeleceu naquela ocasião.

A demanda manifesta tem muito a ver com essa discussão. Há famílias que preferem criar os seus filhos dentro das suas próprias residências antes de entregá-los ao ensino formal, a pré-escola ou até o ensino fundamental. Antes o ensino fundamental era obrigatório e agora a pré-escola passa a ser obrigatória, inclusive a obrigatoriedade das vagas.

O fato é que o cobertor é curto. Somos um País que, por mais rico que seja hoje, tem dimensões continentais e um grande passivo educacional de centenas de anos. Quando se discute o financiamento, verifica-se que o peso da responsabilidade por esse financiamento dentro do pacto federativo é desproporcional.

Nós estamos discutindo hoje, ou estamos nos deparando com 5% do PIB aplicado à educação pública. Desses 5%, em torno de 1% é do Governo Federal e 4% são de Estados e Municípios, que, por sua vez, recolhem de tributos, em termos nacionais, pouco mais de 35% — os dois entes federados em conjunto —, mas se responsabilizam por 80% desse financiamento.

Eu sei que V.Exa. está diante de uma equação extremamente complexa. De que forma ampliar esse financiamento com a sua conseqüente responsabilidade? Quem será responsável pelo acréscimo dessa responsabilidade de financiamento em função da sua capacidade de arrecadação?

Sobre o assunto levantado pelo Deputado Bruno, fiz apenas uma reflexão, porque sei que a proposta do MEC é de 7%, e a maioria das entidades defende os 10% — acho que a sua totalidade defende até a emenda, de nossa autoria, colocando 10% de forma progressiva. Vários Deputados fizeram isso, mas sei que se deve encontrar a fonte desse recurso e identificar de quem é a responsabilidade pelo aporte desse recurso.

O Deputado Bruno levanta um aspecto que considero extremamente relevante para essa discussão. Há uma cultura em nosso País, Deputado, sobre os



professores, após a sua formação. E concordo com V.Exa., quando diz que precisamos urgentemente rever os currículos das nossas universidades. Temos que formar alfabetizadores, temos que formar professores que conheçam a metodologia do ensino. Além de serem cientistas políticos, filósofos, sociólogos, que sejam também alfabetizadores, principalmente para que os melhores professores vão para as piores escolas, isso como uma regra.

O que eu quero dizer com isso, professora? As escolas mais frágeis, que estão na periferia das grandes cidades, aquelas que têm, no seu entorno, um histórico até de violência, precisam ser apoiadas pelos Governos no sentido de se criarem condições para que esses alfabetizadores, esses professores mais qualificados, vão para essas escolas onde há uma maior fragilidade.

É evidente que eles precisam ser estimulados para isso, desde terem um *upgrade* nos seus salários, um diferencial em relação aos demais que estão em escolas de melhor acessibilidade, até, na estruturação da carreira, ao se prever um diferencial para professores que se disponham a ir para escolas que tenham esse perfil, essa trajetória dentro da estrutura social.

Nós invertemos a lógica de que as piores escolas normalmente não são beneficiadas pelos melhores mestres. Os melhores mestres escolhem as escolas, e têm a condição para isso. E aí há um círculo vicioso. Os lugares mais frágeis terminam sendo penalizados, e não se consegue corrigir a questão da qualidade do ensino.

Isso tem muito a ver, evidentemente, com a estrutura de que o Estado precisa dispor, com a melhor sala de aula, com a condição de acesso, até de transporte desses professores, enfim, com as condições objetivas de trabalho. Eu considero que a observação do Deputado Bruno, nesse aspecto, foi extremamente pertinente.

Para concluir, eu não faria nem uma pergunta, estou apenas fazendo uma reflexão, porque sei que as professoras que aqui estão vieram com toda a experiência que têm para compartilhar conosco, que fazemos parte desta Comissão. Digo a vocês o seguinte: esta Comissão vai precisar muito do apoio da sociedade civil organizada, para que, ao final, tenhamos um plano que seja, sobretudo, consequente, que seja um plano de metas, um plano que detenha estratégias de aplicação, mas que possa, efetivamente, ser colocado em prática, que não seja um



enunciado de boas intenções apenas. Aí talvez nos caiba ser um pouco mais realista, professora, entre o ideal e o possível.

É verdade que esse exercício que nós estabelecemos aqui é absolutamente legítimo e pertinente. A sociedade precisa sair dessa letargia, entender que a educação é central no histórico de um país, é a espinha dorsal de um país, em um projeto de desenvolvimento a médio e longo prazo e de resgate de cidadania, de distribuição de renda, enfim, de justiça social.

Acho que o nosso Relator vai precisar muito da ajuda tanto dos Srs. Deputados como da sociedade para apoiá-lo no projeto que for apresentado e votado, para que o projeto gestado, resultado desse nosso trabalho, efetivamente possa ser colocado em prática.

Era essa a contribuição que eu gostaria de dar. Quero dizer às educadoras que aqui vieram que esse é o exercício legítimo da democracia e que elas são muito bem-vindas, porque esta é a Casa de vocês.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan Junior) - Obrigado, Deputado.

Além da Rita, quero saber se há mineiros também. *(Manifestação no plenário.)* Ah, então pronto. Paranaenses também. Todos vocês paranaenses o Vanhoni já representa, além da professora.

Pois bem. Então, vamos passar para o último Parlamentar inscrito, o Deputado Paulo Rubem Santiago. *(Palmas.)* Pernambuco está aí, não é?

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou começar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já dizendo o seguinte: a educação infantil é desafio importante em um sistema nacional para um país tão gigante. É até difícil explicar para os quatro cantos, lá fora, os nossos indicadores, que apresentamos agora. Crianças estão fora da escola; educadores são mal pagos. Na consciência dos gestores, muitos espaços são vagos. Municípios espalhados, de norte a sul do País, não tiveram o suporte do jeito que a gente quis. Dividir essa receita de forma mais eficiente, com justiça e igualdade, para fazermos diferente: esse é o desafio.



Recursos o Brasil tem, mas, com essa dívida pública, quase não sobra para ninguém. (*Palmas.*)

Deputado Eduardo Barbosa, prezado Relator, prezadas companheiras integrantes da Mesa, estive em uma audiência no Ministério da Educação até há poucos minutos, na Secretaria de Educação Superior, porque fui autor do requerimento que coordenou a audiência sobre a revalidação dos diplomas de pós-graduação obtidos em instituições no exterior. Estamos avançando com o Ministério para chegarmos a uma regulamentação única, em âmbito nacional. Por isso não pude chegar no início desta audiência.

Quero destacar algumas conquistas e os desafios que nós vamos ter pela frente. Em primeiro lugar, a nossa vitoriosa luta quando da aprovação do FUNDEB. Os que estavam aqui na Legislatura anterior recordam-se de que, além das manifestações sociais e da grande carreato com os carrinhos de bebê, com as crianças e as mães das creches, nós tivemos duas audiências duras com o então Ministro da Fazenda Antonio Palocci e chegamos ao Presidente Lula para convencê-lo da responsabilidade do Governo Federal de assumir a inclusão das creches e a responsabilidade da União para os Municípios universalizarem a sua responsabilidade com a demanda gigantesca que tem a população brasileira pela educação de zero a três anos, pela educação infantil.

Em segundo lugar, aqui já relatado pelo Deputado Rogério Marinho, está a conquista da desvinculação da DRU, essa desgraça que surrupiou da educação federal brasileira mais de 100 bilhões, em nome da autoridade fiscal, em nome da ortodoxia orçamentária, o que não resolveu até hoje o problema da dívida pública nacional. Nós tiramos da educação para transferir para uma elite que vive da renda dos papéis, da renda dos títulos públicos, prejudicando toda a sociedade brasileira e beneficiando uma pequena parcela da população. Vencemos, mas só avançamos em 0,3% do PIB com a desvinculação da Desvinculação de Recursos da União.

Nós temos discutido que o Brasil tem se apresentado pelo menos com cinco faces nessa situação, e todas elas têm repercussão na educação infantil. Primeiro: a disparidade brutal entre o acesso à escola, desde a infância, entre brancos e negros; entre as populações urbanas e do meio rural; entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres; entre as populações das capitais, das regiões metropolitanas, dos



sertões, do Norte e do Nordeste e as populações do Sul e do Sudeste; e também de que forma os demais determinantes da pobreza e da desigualdade atingem as nossas crianças, as famílias mais pobres, que têm, percentualmente, o maior número de crianças e adolescentes entre os mais pobres do nosso País.

O primeiro passo é aprovarmos um PNE para valer, um PNE que não baixe a cabeça para as injunções macroeconômicas, mas que afirme a educação como um fator estratégico.

Eu lamento muito que nós continuemos a ouvir e a ler, na mídia nacional, vozes que insistem em defender uma postura acanhada de investimentos em educação, argumentando sobre a crise financeira internacional. Pelo amor de Deus, não precisa nem sair do País para ver as coisas de uma forma mais adequada. *(Palmas.)*

Eu vou reiterar aqui: vamos acessar os estudos e as publicações que o IPEA tem oferecido ao nosso País. Nós estamos num momento singular: ou o Brasil entende que nesta crise, nesta encruzilhada, nesta bola dividida, o caminho estratégico passa por educação e inovação tecnológica, ciência e tecnologia, ou vamos voltar à pauta da década de 30 e da década de 50, com um País primarizado na sua competência econômica, um País que passou por vários ciclos econômicos, um País em que os sistemas nacionais de educação sempre ficaram à margem desses grandes ciclos econômicos.

Eu cito sempre que nós Deputados nordestinos — Deputado Eduardo Barbosa, o norte de Minas Gerais, Montes Claros, integrou a região da SUDENE — vivemos, há 40 anos, o milagre brasileiro. Os mais novos não se lembram disso. O Nordeste cresceu a taxas de PIB acima do Japão, da Coreia, da Alemanha, da França, do Canadá e dos Estados Unidos.

Nós resolvemos os nossos crônicos problemas das desigualdades apenas crescendo o PIB, crescendo a economia? Não. A história já nos mostrou — até para honrarmos a memória de Celso Furtado, que faria 91 anos se estivesse vivo e que magistralmente denunciou isso — a brutalidade desses sistemas, em que a economia acha que pode caminhar sozinha e abandona os demais direitos sociais, abandona os direitos estratégicos da população a um plano secundário.



Então eu espero que nós construamos uma grande frente no processo de consolidação das emendas, para que sustentemos, com a mobilização nas ruas, a defesa de um PNE pra valer.

Do ponto de vista do financiamento, nós temos que ser ousados. Eu não aceito — e nós vamos comprovar com números — esse discurso de que o Brasil não tem dinheiro para financiar a educação. É um discurso falido, é um discurso conservador. (*Palmas.*)

Eu quero compartilhar socialisticamente todos os dados da arrecadação da Receita Federal, do balanço do Tesouro Nacional, dos números da dívida pública. Não há como contestar; a nossa tese é de que o Brasil pode e deve investir mais em educação, sobretudo para resolver essas crônicas desigualdades regionais. E, ao largo dessa luta pelo financiamento, monitoraremos os próximos 10 anos e a execução do PNE. (*Palmas.*)

Por que eu me refiro a isso? Porque, lamentavelmente, a década anterior, do PNE de 2001-2010, foi uma década em que a sociedade desdobrou-se em outras funções, em outras tarefas, em que as nossas universidades partiram para um processo acelerado de valorização do academicismo, das carreiras individuais. Houve preocupação dos docentes com as publicações, a presença nos congressos, o *Currículo Lattes*, as pontuações nas suas carreiras, abdicando da forma adequada de produção acadêmica das universidades, voltada para a análise da realidade social.

Nós estamos propondo que os sindicatos, as centrais sindicais constituam núcleos de monitoramento de políticas públicas em educação na próxima década; e que as nossas universidades reforcem os seus núcleos de pesquisa acadêmica na área de gestão de educação e de avaliação. Na próxima década, não deve existir nenhum Município deste País que não implante, não valorize, não estruture, não respeite, não incentive, não fortaleça, em primeiro lugar, os conselhos escolares nas unidades de ensino; em segundo, as conferências municipais democráticas, participativas e deliberativas na educação; em terceiro, os conselhos de fiscalização e acompanhamento, como já existem os conselhos do FUNDEB.

Eu estou aqui querendo compartilhar esse desafio. Imagino as noites em claro que o nosso Relator vai começar a passar — se não passou, mesmo com a luz



apagada —, porque as pressões serão imensas. Mas nós vamos respaldar o nosso Relator nessa posição progressista, avançada que teremos no seu relatório, que será acolhida pela maioria da sociedade, em memória de Paulo Freire, de Florestan Fernandes, de Darcy Ribeiro, de Anísio Teixeira, dos pioneiros da educação, em memória de toda a luta da sociedade por educação integral, pública e de qualidade. *(Palmas.)*

Por fim, quero lembrar que, na década de vigência do próximo PNE, estarão ao nosso lado dois planos plurianuais, os de 2012-2015 e 2016-2019. O primeiro PPA a Presidente Dilma prepara agora em agosto, início de setembro, para enviar a esta Casa.

O PPA tem metas fiscais, metas monetárias, metas cambiais, assim como a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, nós temos que estar vigilantes porque não faltarão vozes defendendo os interesses dos financistas da dívida pública, para argumentar que a crise na Alemanha, a crise na Grécia, a crise em Portugal, a crise na Itália, os problemas das contas nacionais, a queda da economia na Europa vão impactar a capacidade econômica do Brasil e que o momento seria de contenção de gastos. E aí a direção é única; o endereço, o CEP desse tipo de discurso eu sei qual é: reduzir gasto social, reduzir investimento em educação, reduzir investimento em saúde.

Nós temos que nos mobilizar para enfrentar esse discurso conservador, construir um PNE para valer, com 10% do PIB para educação *(palmas)*, sistema nacional de gestão democrática com toda sociedade.

Obrigado. *(Palmas prolongadas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Fazia muito tempo que o brilhantismo de V.Exa. não era tão aplaudido, Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É porque a gravata rosa de V.Exa. impactou todo o ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado. Quem é *pink* morre *pink*.

Ainda está o inscrito o Deputado Izalci, mas eu quero comunicar aos Srs. Deputados que está ocorrendo uma votação nominal neste momento. Enfim, vamos organizar como iremos terminar aqui e participar da votação.



V.Exa. tem a palavra, nobre Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu só quero fazer um registro até porque não participei de toda a audiência, pois estava numa outra audiência que tratava de inovação tecnológica e patentes.

Vou dizer aqui a mesma coisa que disse lá e que disse pela manhã, na Comissão de Educação, Deputado Angelo Vanhoni: sugiro que nós convidemos em todas as audiências públicas, principalmente aqui, que é da área de educação, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Eu sei que o Ministro da Educação esteve aqui e que, para ele, se botar 15% do PIB, está ótimo. Mas é o Ministério da Fazenda que emperra todo processo.

Fica muito difícil ouvirmos todos os Ministérios, as entidades, a sociedade civil organizada sobre a demanda que está aí, essa dívida com a educação, porque, na hora de discutirmos na Fazenda e no Planejamento, eles simplesmente ficam frios. Parece que eles só falam em arrecadação, mesmo sabendo que o investimento na educação infantil, por exemplo, tem um retorno de 200%, como estaticamente comprovado.

Então, eu vou sugerir isto: que, em todas as nossas audiências e seminários, convidássemos sempre um representante do Ministério da Fazenda e um do Ministério do Planejamento, para que eles pudessem ficar um pouco sensibilizados. Nós temos várias sugestões e ideias, muitas coisas óbvias, mas que, para eles não são óbvias. É muito difícil. Nós discutimos hoje, pela manhã, o PRONATEC. São coisas óbvias também, mas ficamos muito limitados com relação ao Ministério da Fazenda.

Essa questão de 10% do PIB realmente nós temos que trabalhar muito. Não basta querer os 10%, temos que apontar onde buscar esses recursos. Então, a presença deles aqui é muito importante.

Quero dizer da minha alegria. Estou convencido de que nós temos que estar juntos principalmente na educação infantil, onde começa mesmo a formação e a educação como um todo.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Izalci.



Antes de encerrar, quero agradecer a participação aos nossos convidados e aos nossos Deputados e quero pedir desculpas, pois tive de me ausentar para uma reunião da bancada do meu partido, que ainda ocorre no Auditório Nereu Ramos.

Sejam todas e todos bem-vindos. Há aqui representações de Alagoas, do Amazonas, do Amapá, da Bahia, do Ceará (*palmas*), do Distrito Federal (*palmas*), do Espírito Santo, do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco (*palmas*), Piauí, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Roraima, Sergipe, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte (*palmas*).

Agradecendo, portanto, a participação de todos, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

Muito obrigado. (*Palmas.*)